



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Machado Costa, Gilvan Luiz

Trabalho docente no ensino médio no Brasil: desafios à universalização com qualidade social

EccoS Revista Científica, núm. 34, mayo-agosto, 2014, pp. 179-196

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71532890011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DESAFIOS À UNIVERSALIZAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL

TEACHER WORK IN SECONDARY EDUCATION IN BRAZIL:
CHALLENGES TO UNIVERSALIZATION WITH SOCIAL QUALITY

Gilvan Luiz Machado Costa

Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, Santa Catarina, SC – Brasil
gilvan.costa@unisul.br

RESUMO: O objetivo do artigo é problematizar questões relacionadas à natureza da matrícula do ensino médio e ao trabalho docente, e que estão imbricadas com sua universalização com qualidade social. Para tal intento, recorrem-se, sobretudo, as informações estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para discutir a composição da matrícula, os indicadores educacionais e o trabalho docente no ensino médio. Com base nas discussões realizadas destaca as metas relacionadas ao ensino médio regular e ao trabalho docente contidas no Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação. Os resultados evidenciaram que a universalização do ensino médio com qualidade social no Brasil pressupõe a retomada da expansão da matrícula e só pode ser concretizada se as condições de trabalho docente forem melhoradas com a elevação do estatuto científico, social e econômico dos professores brasileiros da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio. Trabalho docente. Política educacional.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss issues related to the teacher work and secondary school enrollment, and they are intertwined with its universalization with social quality. For that purpose, the statistical information provided by the National Institute of Anísio Teixeira Educational Studies (INEP) is used to discuss enrollment issues, educational indicators and the work of teaching at high school. Based on discussions held, it highlights the goals related to the regular secondary school and

teaching contained in the Draft Law No. 8035, as of 2010, establishing the National Education Plan. The results showed that the universalization of secondary education with social quality in Brazil presupposes a resumption of enrollment expansion and can only be achieved if teaching conditions are improved with the increase of scientific, social and economic status of the Brazilian basic education teachers.

KEY WORDS: Secondary education. Teacher work. Educational policy.

Introdução

Passados quinze anos da promulgação da Lei n.º 9.394, de 1996, que atribuiu ao ensino médio estatuto de última etapa da educação básica¹, é notória a ausência de políticas públicas voltadas especificamente a garantir o direito à educação básica, que só se completa com a conclusão do ensino médio². Dois desafios articulados são ainda prementes à escola média brasileira para os próximos anos: retomar a expansão da oferta do ensino médio verificada na década de 1990 e buscar a universalização com qualidade social³. Para além da garantia do acesso de todos os jovens e adultos ao ensino médio é necessário que todos permaneçam e o concluam com domínio teórico-metodológico dos conhecimentos historicamente produzidos. Ainda é um desafio “[...] propiciar a todo e qualquer cidadão, respeitando a diversidade, a formação considerada como o mínimo necessário à participação na vida social e produtiva” (KUENZER, 2010, p. 855).

Universalizar o ensino médio com qualidade exige estabelecer metas relacionadas à infraestrutura física e pedagógica das escolas médias. Tais metas devem estar articuladas com a profissionalização da atividade docente, com destaque para a valorização econômica e a formação do professor. Segundo Alves e Pinto (2011), quando se fala em educação de qualidade, aspectos relacionados ao trabalho docente como formação, duração da jornada de trabalho, remuneração e estrutura da carreira devem ter tratamento adequado na pauta das políticas educacionais. Com esse entendimento, é fundamental conhecer a realidade da escola média e seus sujeitos.

Este artigo pretende problematizar, no atual contexto, questões relacionadas à natureza da matrícula do ensino médio e ao trabalho docente, e que estão imbricadas com a qualidade da educação oferecida aos alu-

nos que frequentam as escolas públicas de ensino médio. Para tal intento, recorre-se, sobretudo, às informações estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para discutir a composição da matrícula, os indicadores educacionais e o trabalho docente no ensino médio. Finalmente, com base nas discussões realizadas, destaca as metas relacionadas à universalização do ensino médio regular⁴ e ao trabalho docente⁵ contidas no Projeto de Lei n.º 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação.

Aspectos da matrícula no ensino médio

A busca pela universalização do ensino fundamental foi oportunizando “marginalmente” a expansão do ingresso no ensino médio regular. Em 1991, foram 3.772.698 matrículas, passando para 8.192.948 em 2000. No decorrer desses dez anos, a matrícula no ensino médio regular aumentou 117%. Curiosamente, nos últimos 10 anos o crescimento da matrícula caiu sensivelmente. A tabela a seguir apresenta a evolução da matrícula do ensino médio regular a partir de 1991.

O desafio de superar a acomodação da matrícula no ensino médio regular e retomar a expansão verificada na década de 1990 exige que todos os jovens na faixa de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola. A tabela a seguir permite avaliar o acesso da população de 15 a 17 anos ao sistema educacional através da evolução da taxa de escolarização, indicador que expressa o percentual da população de uma faixa etária que frequenta a escola independentemente da etapa/modalidade de ensino.

Estavam matriculados na educação básica 8,6 milhões de jovens com idade apropriada para frequentar o ensino médio em 2010. Entretanto, aproximadamente 1,8 milhão de jovens na mesma faixa etária estavam fora da escola. A participação da União, dos Estados e do Distrito Federal é fundamental para que todos os jovens de 15 a 17 anos frequentem a escola, preferencialmente a média.

Retomando a tabela 1, destacam-se os dados que representam as diferentes dependências administrativas e mostram a preeminência da rede estadual de ensino. De 2.472.964 matrículas em 1991 passou-se para

Tabela 1: Evolução da matrícula no Brasil do ensino médio, normal/magistério e integrado por dependência administrativa – 1991-2010

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1991	3.772.698	103.092	2.472.964	177.268	1.019.374
1992	4.104.643	98.687	2.836.676	223.855	945.425
1993	4.478.631	93.918	3.180.546	244.397	959.770
1994	4.932.552	100.007	3.522.970	267.803	1.041.772
1995	5.374.831	113.312	3.808.326	288.708	1.164.485
1996	5.739.077	113.091	4.137.324	312.143	1.176.519
1997	6.405.057	131.278	4.644.671	362.043	1.267.065
1998	6.968.531	122.927	5.301.475	317.488	1.226.641
1999	7.769.199	121.673	6.141.907	281.255	1.224.364
2000	8.192.948	112.343	6.662.727	264.459	1.153.419
2001	8.398.008	88.537	6.962.330	232.661	1.114.480
2002	8.710.584	79.874	7.297.179	210.631	1.122.900
2003	9.072.942	74.344	7.667.713	203.368	1.127.517
2004	9.169.357	67.652	7.800.983	189.331	1.111.391
2005	9.031.302	67.650	7.584.391	186.045	1.068.734
2006	8.906.820	67.650	7.584.391	186.045	1.068.734
2007	8.369.369	68.999	7.239.523	163.779	897.068
2008	8.366.100	82.033	7.177.377	136.167	970.523
2009	8.337.160	90.353	7.163.020	110.780	973.007
2010	8.357.675	101.715	7.177.019	91.103	987.838

Fonte: MEC/INEP.

7.177.019 em 2010. Um crescimento de 190%. Entretanto, semelhante ao comportamento da matrícula total, a matrícula nas escolas estaduais apresenta uma acomodação na casa dos 7 milhões de matrículas no interregno de 2001 a 2010.

O crescimento da matrícula no ensino médio se caracterizou pela expansão na década de 1990 de cursos noturnos nas escolas médias estaduais. Destaca-se certo arrefecimento da matrícula no noturno na década de 2000, entretanto os números são ainda expressivos, sobretudo na de-

Tabela 2: Evolução da taxa de escolarização na faixa de 15 a 17 anos no Brasil – 1991/2010

Ano	População de 15 a 17 anos (x 1.000)	Alunos matriculados (x 1.000)	Taxa de escolarização (%)
1991	9.275	5.389	58,1
1995	10.163	6.768	66,6
1996	10.349	7.193	69,5
1997	10.163	7.449	73,3
1998	10.130	7.749	76,5
1999	10.395	8.160	78,5
2000	10.702	8.315	77,7
2001	10.308	8.360	81,1
2002	10.357	8.441	81,5
2003	10.481	8.636	82,4
2004	10.742	8.797	81,9
2005	10.646	8.698	81,7
2006	10.424	8.569	82,2
2007	10.262	8.425	82,1
2008	10.289	8.653	84,1
2009	10.399	8.859	85,2
2010	10.357	8.628	83,3

Fonte: MEC/INEP.

pendência administrativa estadual, que detém 2,8 milhões de matrículas de um total de 2,9 milhões de matrículas totais no turno noturno. A tabela a seguir procura apurar a distância no aspecto matrícula no ensino médio noturno entre as dependências administrativas estadual e privada, responsáveis por 85,9% e 11,8%, respectivamente, do total das matrículas no ensino médio regular.

Escolas estaduais com matrícula estável e com grande concentração no noturno parecem ser aspectos importantes do retrato da escola média no Brasil. Mas que formação ela oferece⁶? A formação no ensino médio regular que prevalece é de educação geral ou não profissionalizante, realizada e oferecida majoritariamente em escolas públicas estaduais como

Tabela 3: Matrícula no Brasil no ensino médio regular por turno noturno e dependência administrativa estadual e privada – 1991/2010

Ano	Total	Total noturno	Estadual	Privada
1991	3.772.698	2.200.552	1.617.575	415.657
1995	5.374.831	3.155.888	2.534.581	373.848
1999	7.769.199	4.235.633	3.745.924	263.107
2000	8.192.948	4.373.363	3.967.425	202.128
2005	9.031.302	3.984.526	3.791.040	74.802
2010	8.357.675	2.900.566	2.816.955	33.443

Fonte: MEC/INEP.

já referido. Em 2010, foram 7.959.478 matrículas nesse modelo, das quais 6.911.253 em escolas públicas estaduais. Esses números, apresentados na tabela a seguir, revelam os reflexos da regulamentação da obrigatoriedade da separação entre ensino médio e educação profissional, por meio do Decreto n.º 2.208/97.

Tabela 4: Número de matrículas no ensino médio, normal/magistério e integrado por dependência administrativa – 2010

Formação	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Ensino médio	7.959.478	25.578	6.911.253	64.173	958.474
Normal/magistério	182.479	-	157.181	18.084	7.214
Integrado	215.718	76.137	108.585	8.846	22.150

Fonte: MEC/INEP.

A defesa pela integração entre formação geral e profissionalizante e as críticas ao Decreto n.º 2.208/97 foram parcialmente atendidas no Decreto n.º 5.154/2004 que, segundo Nosella (2011, p. 1.057), “[...] permite tudo: tanto o ensino médio separado, como o integrado”. A fragilidade do Decreto n.º 5.154/2004, que revogou o Decreto n.º 2.208/97, acenando o ensino médio integrado à educação profissional como uma possibilidade de formação, pode ser percebida nas 215.718 matrículas registradas

em 2010, que representam apenas 2,5% do total das matrículas no ensino médio regular.

Outro aspecto a ser considerado na apreensão do retrato da escola média brasileira diz respeito aos indicadores educacionais. A tabela a seguir mostra as taxas de rendimento, com destaque às taxas de reprovação e abandono.

Tabela 5: Taxas de rendimento no ensino médio no Brasil e dependências administrativas estadual e privada – 1999/2010

Ano	Brasil		Estadual		Privada	
	Reprovação	Abandono	Reprovação	Abandono	Reprovação	Abandono
1999	7,2	16,4	7,6%	18,7%	5,5%	4,4%
2001	8,0	15,0	8,5%	17,0%	5,1%	2,9%
2003	10,1	14,7	10,9%	16,8%	5,3%	1,9%
2005	11,5	15,3	12,3%	17,2%	5,8%	1,5%
2007	12,7	13,2	13,6%	14,8%	5,6%	0,6%
2009	12,6	11,5	13,5%	13,0%	6,2%	0,5%
2010	12,5	10,3	13,4%	11,7%	5,9%	0,5%

Fonte: MEC/INEP.

As taxas de reprovação e abandono em 2010 das escolas estaduais somadas atingiram 25,1% e apontam que a cada quatro alunos matriculados um é retido. As referidas taxas de rendimento se articulam a elevadas taxas de distorção idade-série. Mais uma vez as escolas públicas apresentam as maiores taxas. A tabela a seguir apresenta o índice de distorção idade série no quadriênio 2006-2010 e expressa o quanto a escola média estadual tem que avançar nesse indicador educacional.

Pode-se inferir, a partir dos dados da matrícula e da distorção idade-série de 2010, que 2,9 milhões de alunos com 18 anos ou mais estão ainda matriculados na escola média brasileira e 2,7 milhões pertencem à dependência administrativa estadual. Ao desagregar os dados relativos à matrícula e confrontar com população brasileira de 15 a 17 anos, obtêm-se mais elementos sobre o retrato da escola média brasileira. Ao comparar os 8.357.675 de matrículas no ensino médio com os 10.357.874 de jovens

Tabela 6: Taxas de distorção idade-série no ensino médio no Brasil por dependência administrativa –2006-2010

Taxas	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2006	44,9	23,0	49,5	59,8	11,0
2007	42,5	23,4	46,6	54,7	8,9
2008	33,7	24,2	37,2	39,5	7,9
2009	34,4	23,0	38,1	40,4	7,8
2010	34,5	23,2	38,3	40,0	7,8

Fonte: MEC/INEP.

brasileiros de 15 a 17 anos, faixa etária adequada a essa etapa da educação básica, chega-se a uma taxa bruta de matrícula de 80,6%. Com base nesse indicador, vislumbra-se mais um desafio: proporcionar condições físicas – capacidade instalada – para atender a todos os indivíduos na faixa etária adequada ao ensino médio. Ao considerar a distorção idade-série no ensino médio em 2010 de 34,5%, pode-se inferir que a taxa líquida de matrícula no ensino médio em 2010 foi de aproximadamente 52%.

Com base na população de 15 a 17 anos em 2010, não obstante os 5,4 milhões de alunos matriculados no ensino médio dentro da referida faixa etária, havia 4,9 milhões de jovens na idade adequada à escola média, mas que não estavam nela. Conforme já referido, 1,8 milhão estão fora da escola e 3,1 milhões ainda estão no ensino fundamental. Os números indicam que praticamente a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos não está matriculada no ensino médio.

Ter como parâmetro a universalização do ensino médio com qualidade social permite inferir, com base nos dados da matrícula e nos indicadores discutidos, que a expansão da matrícula no interregno entre 1991 e 2004 e sua posterior acomodação na casa dos 8 milhões, foi de baixo custo, com forte impacto na qualidade da escola média estadual. As duas últimas décadas consolidaram a “[...] atual escola de massas e para as massas, em oposição às escolas da elite” (PINTO; AMARAL; CASTRO, 2011, p. 642).

O grande desafio que se coloca é universalizar o ensino médio com qualidade social. Tal desafio exige superar o barateamento e a desqualificação da educação da maioria dos jovens que frequentam o ensino médio

não profissionalizante. Vale destacar, entretanto, que o problema não está na formação humanista científica, mas na forma como ela se objetiva, pois “[...] uma educação técnico-científica de bom nível não é incompatível com a produção de alta tecnologia e com a inserção do jovem em uma sociedade em permanente transformação” (KUENZER, 2010, p. 864). O desafio está, igualmente, em qualificar a escola média estadual não profissionalizante, que teve, como já destacado, 6.911.253 matrículas em 2010. Com esse entendimento, Nosella (2011) advoga pela não destruição do “clássico” ensino secundário público, e defende sua modernização e democratização, com suas portas abertas a todos os cidadãos.

Conceber o ensino médio na perspectiva de formar todos para que sejam dirigentes desta sociedade, superando os aspectos prático-profissionais, exige por parte do Estado “[...] elevado investimento; o desenvolvimento de um currículo amplo e articulado de caráter geral; exige professores qualificados e bem pagos, espaço físico adequado” (KUENZER, 2010, p. 864). Os desafios de universalizar o ensino médio com qualidade social pressupõem, portanto, atenção especial sobre o professor e seu trabalho. Interessa, portanto, conhecer quem são os professores do ensino médio no Brasil e em que condições realizam seu trabalho.

Aspectos do trabalho docente no ensino médio

A escola de ensino médio que se materializou no Brasil tem muitos alunos matriculados na dependência administrativa estadual e oferece uma formação geral, não profissionalizante, no período matutino e noturno. E os professores do ensino médio? E as condições de trabalho na escola média? Com 8,3 milhões de matrículas no ensino médio, o número de professores em 2010 alcança a marca de 477.273. Com base nos dados que apontam o predomínio no ensino médio regular da formação não profissionalizante e na resolução da Câmara de Educação Básica de 1998 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, trata-se de professores, em sua maioria, de 12 disciplinas: física, química, matemática, biologia, língua portuguesa, língua estrangeira, artes, educação física, história, geografia, filosofia e sociologia. Em 2007, língua

portuguesa apresentava o maior número de professores, 78.628, seguido pelos 67.447 de matemática.

É inegável o tamanho da categoria de professores da última etapa da educação básica que tende a aumentar, considerando a ampliação recente da obrigatoriedade da escolaridade dos 4 aos 17 anos (OLIVEIRA, 2010). Ao considerar os 477.273 professores do ensino médio, destaca-se forte concentração dos professores nas redes estaduais de ensino. Vale destacar que a dependência administrativa estadual comporta 364.521 professores, ou seja, 76,37% e respondem por 85,87% da matrícula. Esses números permitem afirmar que a universalização do ensino médio regular com qualidade social depende sobremaneira da colaboração entre o governo federal e os governos estaduais e o Distrito Federal. E a formação do professor?

As demandas educacionais colocadas a partir da década de 1990 suscitam a necessidade de formação em nível superior. Tal compreensão é reforçada pela LDB 9.394/96. A partir da referida lei se inicia uma busca por cursos de formação inicial. Entretanto, o número de professores sem habilitação para a disciplina que lecionam é ainda muito alto na escola média. Mesmo considerando que 360.577 professores do ensino médio em 2007 possuíam licenciatura, em muitos casos seus cursos não lhes habilitam lecionar as disciplinas sob sua responsabilidade. A tabela a seguir traz dados relacionados ao número de professores habilitados do ensino médio nas disciplinas de física, química, matemática e biologia.

Tabela 7: Número de professores do ensino médio habilitados, segundo as disciplinas ministradas em 2007				
Disciplina	Física	Química	Matemática	Biologia
Número de professores	44.566	38.871	67.447	43.480
Professores habilitados	11.238	14.842	39.285	24.284

Fonte: MEC/INEP.

O desafio de retomar a expansão da matrícula do ensino médio não profissionalizante nas escolas públicas estaduais implica ampliar o número de professores. Mais alunos, mais professores. Mas quais são as condições relativas à realização do trabalho docente nas escolas médias brasileiras? Aspectos relacionados, por exemplo, à infraestrutura física

e pedagógica das escolas de ensino médio são fundamentais ao trabalho do professor. Os dados apresentados na tabela a seguir revelam que elementos estruturais de suporte às escolas de ensino médio são inadequados, com ausência de quadra de esportes, biblioteca, laboratório de informática, acesso à internet, laboratórios de ciências e dependências e vias adequadas a todos os alunos.

Tabela 8: Número de escolas, matrículas e percentual de matrículas e escolas atendidas segundo a infraestrutura das escolas – ensino médio regular – Brasil 2010

Infraestrutura	Escolas	Matrículas	Escolas atendidas (%)	Matrículas atendidas (%)
Quadra de esporte	19.618	6.677.681	75,7	79,9
Biblioteca	19.175	6.121.164	74,0	73,2
Laboratório de ciências	12.785	4.726.535	49,3	56,6
Laboratório de informática	23.153	7.810.299	89,3	93,5

Fonte: MEC/Inep.

A inadequação da infraestrutura tem reflexos sobre o trabalho docente, que requer um ambiente escolar agradável, capaz de oferecer aos alunos instrumentos que favoreçam a aprendizagem, e que seja estímulo para sua permanência na escola.

Outro aspecto essencial para compreender o trabalho docente é a remuneração dos professores. Atrelados à discussão da remuneração do professor estão fatores determinantes⁷ à universalização do ensino médio com qualidade social.

Remunerar adequadamente os 364.521 professores que lecionam apenas na escola média estadual seria a natural opção política de um Estado (União, Estados da Federação e Distrito Federal) realmente comprometido com a universalização da escola média com qualidade social. Entretanto, a tabela a seguir demonstra outras opções políticas e aponta vencimentos básicos desiguais nos Estados da Federação e no Distrito Federal.

Tabela 9: Análise comparativa do vencimento básico dos professores das redes estaduais com licenciatura plena com jornada de 40 horas-aula semanais – Brasil 2010

Estado	Vencimento-básico (R\$)	Estado	Vencimento-básico (R\$)
Acre	2.234,38	Ceará	1.206,96
Roraima	2.063,64	Rio Grande do Sul	1.183,76
Alagoas	2.030,00	Rio Grande do Norte	1.157,33
Tocantins	2.020,00	Amapá	1.145,68
Espírito Santo	1.920,00	Sergipe	1.085,41
Distrito Federal	1.760,00	Goiás	1.084,71
Amazonas	1.567,50	Piauí	1.080,00
Rio de Janeiro	1.518,15	Rondônia	1.077,63
São Paulo	1.515,53	Pará	960,00
Mato Grosso do Sul	1.496,25	Paraíba	887,92
Paraná	1.392,36	Santa Catarina	870,99
Bahia	1.221,66	Minas Gerais	834,15
Maranhão	1.219,28	Pernambuco	635,00

Fonte: Sindicato dos professores e servidores no Estado do Ceará (2010).

A diferença entre o maior vencimento básico e o menor é de aproximadamente R\$ 1.600,00. O Estado do Acre se destaca com R\$ 2.234,38 recebidos por professores com licenciatura plena, para uma jornada de 40 horas-aula semanais. Por outro lado, os professores que lecionam nas escolas estaduais de Pernambuco recebiam R\$ 635,00 em 2010. Destaca-se que a média do vencimento básico dos professores licenciados que trabalham no ensino médio nas escolas públicas estaduais é de R\$ 1.300,00 e a mediana fica em torno de R\$ 1.200,00. Tal cifra corresponde a dois salários mínimos⁸, aproximadamente.

Considerando os microdados da Pnad de 2009, Alves e Pinto (2011) apontam que os professores do ensino médio com licenciatura recebem menos que outros profissionais que têm formação em nível superior. Quando comparado com a remuneração, por exemplo, de advogados e economistas,

os professores recebem 50% a menos. Mostram também que outras profissões que não exigem formação em nível superior, como, por exemplo, corretores de seguro, cabos e soldados da polícia militar e caixas de banco têm rendimentos próximos aos dos professores do ensino médio licenciados.

À remuneração inadequada soma-se a extensa jornada de trabalho dos professores da escola média estadual. A tabela a seguir mostra que 50% desses professores trabalham mais de 40 horas-aula semanais. Mais aulas, mais turmas, mais turnos.

Tabela 10: Número de horas trabalhadas no ensino médio – 2006

Etapa	Privada		Estadual	
	Média	Mediana	Média	Mediana
Ensino fundamental (anos finais)	28	24	31	30
Ensino médio	28	26	33	40

Fonte: Microdados da PNAD 2006.

Os professores do ensino médio possuem uma jornada de trabalho extensa em termos de horas dedicadas à docência. Soma-se às cobranças relacionadas às tarefas e ao desempenho, sobretudo, da escola e dos estudantes. Nesses casos, observa-se a intensificação do trabalho docente, entendida como a ampliação das tarefas sem a ampliação do tempo (OLIVEIRA, 2006), que se materializa, dentre outros fatores, no número de alunos por turma. A dependência administrativa estadual se destaca com uma média de 34 alunos por turma no quadriênio 2007-2010, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 11: Média de alunos por turma no ensino médio, normal/magistério e integrado por dependência administrativa – Brasil 2007-2010

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	34,4	32,2	35,1	33,1	29,8
2008	33,7	30,7	34,4	32,0	29,8
2009	33,2	30,7	33,8	30,7	29,7
2010	32,4	30,3	32,9	29,8	29,5

Fonte: MEC/INEP.

O indicador educacional “média de alunos por turma”, *per si*, constitui elemento de intensificação do trabalho. Associado às taxas de distorção idade-série e às taxas de rendimento, reprovação e abandono, tornam ainda mais intenso o trabalho do professor.

O abandono da escola média pública por parte do Estado, expresso nos dados que apontam a acomodação da matrícula, a precarização e a intensificação do trabalho docente no ensino médio no Brasil exige do professor “[...] competência para suprir, em uma escola precarizada, com condições de trabalho cada vez piores, as deficiências culturais e cognitivas decorrentes da origem de classe da maioria dos alunos” (KUENZER, 2011, p. 686). A referida autora destaca o compromisso dos professores, no enfrentamento das desigualdades, pela via da democratização dos conhecimentos que minimamente permitirão aos alunos participar, da melhor forma possível, da vida social e produtiva. A realização do trabalho em espaços precários, sem os recursos necessários, com remuneração e jornada inadequadas convivendo com indicadores educacionais desfavoráveis, vai exigir do professor das escolas médias estaduais “[...] mais esforço, competência, criatividade e compromisso. Isso torna o trabalho docente no ensino médio um exercício qualificador, prazeroso e, ao mesmo tempo, desqualificador, explorador, causador de sofrimento” (KUENZER, 2011, p. 677). Tal realidade é, sem dúvida, um dos principais motivos para a baixa atratividade do magistério público no País (GATTI; BARRETO, 2009).

A pouca atratividade pode ser constatada nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007, já referido, que mostram 47% dos professores atuando no ensino médio sem formação compatível com a disciplina que lecionam. Para corroborar, ao se desagregar os dados de 2010 relativos à formação, constata-se a baixa atratividade também no número de professores da escola média que possuem como maior escolaridade o ensino médio e no número de professores com escolaridade superior, mas sem ter cursado licenciatura, como mostra a tabela a seguir.

A baixa atratividade e a escassez de professores explicitada no número expressivo de professores que lecionam as disciplinas do ensino médio sem habilitação, mesmo tendo licenciatura, também se manifestam no crescente número de professores da escola média que possuem como maior escolaridade o ensino médio e, por outro lado, no número cada vez mais

Tabela 12: Evolução do número de professores com escolaridade de ensino médio e superior sem licenciatura – 2007-2010

Ano	Total	Ensino médio	Superior-sem licenciatura
2007	414.555	26.981	26.556
2008	458.910	39.318	13.689
2009	461.542	39.703	18.195
2010	477.273	42.691	17.875

Fonte: MEC/INEP.

reduzido de professores com escolaridade superior, mas sem ter cursado licenciatura. O “interesse” pela docência no ensino médio de sujeitos sem formação em nível superior e o “desinteresse” de outros profissionais com formação em nível superior não são indicadores positivos de atratividade da carreira.

O ensino médio exige respostas urgentes na década que se inicia. Muitos são os desafios que se colocam às etapas da educação básica, entretanto, “[...] aqueles referentes ao ensino médio são os que demandam respostas mais urgentes, pois precisamos sair da situação de massificação barata” (PINTO; AMARAL; CASTRO, 2011, p. 663). A análise dos dados aponta que a universalização do ensino médio com qualidade social exige políticas públicas capazes de enfrentar a escassez de professores habilitados no ensino médio, condicionada pela baixa atratividade da carreira docente “[...] com seus severos impactos sobre a qualidade do ensino médio, cujas matrículas decrescem a cada ano, assim como não melhoram os indicadores de permanência e de sucesso” (KUENZER, 2011, p. 675).

Considerações finais

Neste artigo, procura-se mostrar o retrato da escola média brasileira hoje e os desafios à sua universalização com qualidade social. A despeito dos 8,3 milhões de alunos matriculados em 2010, os dados apontam a acomodação/estagnação da matrícula a partir de 2005 e sugerem o desafio de retomar a expansão verificada na década de 1990 e nos primeiros anos a partir de 2000. Considerando os 10.357.874 jovens

brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos em 2010, os dados do censo escolar do mesmo ano revelam a urgência de: trazer para o ensino médio 1,8 milhão de jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola; oportunizar que 3,1 milhões de alunos com idade adequada ao ensino médio concluam o ensino fundamental e ingressem na escola média; diminuir significativamente as taxas de reprovação e abandono, responsáveis pela elevada taxa de distorção idade-série verificada em 2010 e que tiveram como consequência a matrícula ainda no ensino médio de 2,9 milhões de alunos com 18 anos ou mais.

Tais urgências vão ao encontro da progressiva universalização até 2016 do ensino médio, concebido como direito público subjetivo, instituída pela Emenda Constitucional n.º 59/2009. O desafio de democratizar a escola média é imenso e está adequadamente colocado na meta 3 do Projeto de Lei n.º 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação, a despeito da necessária correção de fluxo do ensino médio não ter sido considerada. O desafio de universalizar o ensino médio regular com qualidade social passa por uma escola média cada vez mais diurna, com indicadores educacionais e de matrícula adequados, com garantia de uma formação humanista científica para todos os jovens de 15 a 17 anos e para os jovens que frequentam o ensino médio integrado à educação profissional. O desafio é formar todos os jovens para que sejam dirigentes.

Pode-se inferir que os professores do ensino médio das escolas públicas foram bastante fragilizados pela expansão do acesso a baixo custo, pelo menos até meados dos anos 2000. A precarização e a intensificação do trabalho docente no ensino médio têm suas singularidades e se manifestaram no estudo principalmente em quatro circunstâncias que se interpenetram e envolvem os professores do ensino médio do Brasil: formação indevida, infraestrutura imprópria, remuneração inadequada e jornada de trabalho intensificada. Os dados mostram a dimensão do esforço para materializar as políticas educacionais citadas, destacando a Lei n.º 11.738/2008 e as metas do PNE relacionadas à matrícula e ao trabalho docente.

A materialização do proposto exige aumentar os gastos públicos com educação no País e remete à meta 20, que propõe ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Aproximar a remunera-

ção dos docentes à percebida por profissionais com o mesmo nível de formação implica dobrá-la. A remuneração corresponde a aproximadamente 60% dos custos das secretarias de educação. Parece evidente a insuficiência dos 7% do PIB para dotar as escolas médias de infraestrutura física e pedagógica capaz de receber toda a população de 15 a 17, de professores habilitados e com remuneração e jornada de trabalho adequada. Advoga-se pelos 10% do PIB proposto pela Conferência Nacional de Educação (Conae) e pela forte participação da União na obtenção dos índices do PIB, pois é a que mais arrecada.

Notas

- 1 A educação básica constitui um nível de ensino e se organiza em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. De acordo com a legislação educacional, a população de 15 a 17 anos possui idade adequada para frequentar o ensino médio.
- 2 Desde 2008, os dados da matrícula no ensino médio regular brasileiro são apresentados pelo Censo Escolar compreendendo o ensino médio, ensino médio-normal/magistério e ensino médio-integrado à educação profissional. O ensino médio é de caráter geral, não profissionalizante e se constituiu no foco desse artigo.
- 3 Para Kuenzer (2010), universalizar o ensino médio com qualidade social pressupõe ações que visem à inclusão de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos; e o desenvolvimento da gestão democrática.
- 4 Na nova proposta de Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020), enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, destaca-se a meta 3 que estabelece universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nesta faixa etária.
- 5 Relacionada à valorização do professor, destaca-se a meta 15 e 17. A primeira propõe que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Já a meta 17 estabelece que o rendimento médio do profissional do magistério, com mais de 11 anos de escolaridade, deve se aproximar daquele recebido por profissionais com escolaridade equivalente.
- 6 Não há consenso com relação à formação que deve ser oferecida no ensino médio no Brasil. Uns defendem uma formação humanista e científica única e para todos; outros, uma formação pré-profissional ou até mesmo profissionalizante; outros ainda defendem a separação entre o ensino médio regular e o ensino técnico e profissional; e outros, finalmente, defendem o ensino médio integrado ao ensino técnico ou à educação profissional (NOSELLA, 2011).
- 7 Para Alves e Pinto (2011) a discussão sobre remuneração está vinculada a fatores essenciais à conquista de uma escola pública de qualidade para todos, tais como: atratividade de bons profissionais para a carreira e de alunos bem preparados para os cursos de licenciatura; valorização social do professor; financiamento dos sistemas de ensino, uma vez que o custeio dos salários representa em torno de 60% dos custos das secretarias de educação.
- 8 O salário mínimo no Brasil em 2010 era R\$ 510,00.

Referências

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, p. 606-639, 2011.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. de S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília, DF: Unesco, 2009.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o Ensino Médio. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011.

_____. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

LIMA, L. C. A. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 92, p. 268-284, 2011.

NOSELLA, P. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1.051-1.066, 2011.

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.

_____. O Ensino Médio perante a obrigatoriedade ampliada: que lições podemos tirar de experiências observadas? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 91, p. 10-26, 2010.

PINTO, J. M. R.; AMARAL, N. C.; CASTRO, J. A. de. O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 639-665, 2011.

Recebido em 2 maio 2013 / Aprovado em 1º abr. 2014

Para referenciar este texto

COSTA, G. L. M. Trabalho docente no ensino médio no Brasil: desafios à universalização com qualidade social. *EccoS*, São Paulo, n. 34, p. 179-196. maio/ago. 2014.